

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25884463/2025 - SEGOV.UNP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Por ser um bairro carente de infraestrutura viária e áreas de lazer, a obra do "**Passeio Público do Parque Guarani**", localizado na rua Radialista Manoel de Borba Rosa, bairro Parque Guarani tem por objetivo promover e incentivar o uso de áreas comuns aos moradores do bairro, proporcionado maior segurança, mobilidade e acessibilidade aos moradores, além de incentivar a convivência comunitária.

A obra de urbanização da via contempla os seguintes serviços: pavimentação de vias e calçadas, drenagem, implantação de ciclovias, paisagismo, iluminação pública, passeios acessíveis, mobiliário e equipamentos urbanos, sinalização viária, entre outros.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A presente contratação está prevista no PPA - Plano Plurianual 2022-2025, conforme processo SEI nº 22.0.296842-8.

Assim, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A obra do **Passeio Público do Parque Guarani** envolve grandes desafios no aspecto da engenharia civil, bem como da engenharia elétrica. Em que pese que o objetivo principal da obra é aproveitar os espaços urbanos para promover e incentivar o uso de áreas comuns aos moradores do bairro, proporcionado maior segurança, mobilidade e acessibilidade aos moradores, além de incentivar a convivência comunitária. A obra envolverá a melhoria da mobilidade urbana, através da reurbanização completa da via, com a requalificação das faixas de rolamento existentes e a construção de novas ciclofaixas, bem como do aumento dos passeios públicos destinado ao tráfego de pedestres, a obra também envolverá e afetará diretamente os alimentadores da distribuição de energia da Celesc das ruas no entorno do passeio publico, uma vez que pretende-se o rebaixamento da rede de distribuição de energia elétrica para o nível subterrâneo, assim como as instalações de telefonia e internet, e como a instalação de novo posteamento exclusivo de iluminação pública, de forma a atingir os níveis de iluminância e uniformidade necessários ao Passeio Público.

Dessa maneira, é crucial que o andamento das obras civis esteja integrado com o andamento das obras elétricas, já que se torna impossível o rebaixamento da rede de distribuição de energia elétrica e da instalação dos novos postes de iluminação pública sem que haja a obra de pavimentação, e se torna impossível a execução da pavimentação sem que haja a obra de enterramento da rede de distribuição de energia, já que esta etapa exige a construção de bancos de dutos subterrâneos na área diretamente abaixo do passeio público a ser construído, ou seja, se torna extremamente necessário que a empresa vencedora do certame possua aptidão técnica e operacional tanto na parte civil, quanto na parte elétrica, para que as atividades possam ser desenvolvidas em conjunto, sem prejuízos ao bom andamento da obra.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

A empresa a ser contratada deverá ter experiência e apresentar capacidade técnica em executar obras que contemplem execução de pavimentação asfáltica, execução de iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica. Para a concretização do projeto se faz necessário que a contratada possua expertise em execução de pavimentação asfáltica, execução de iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica. Para tanto, se faz necessário que a Contratada possua profissionais com experiência nas técnicas construtivas, sob pena de execução inadequada e/ou atraso na obra por sucessivos reparos e acidentes.

Os demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo.

- Pode ser contratado consórcio entre empresas;

- Pode ser realizado a subcontratação dos serviços de implantação de equipamentos e mobiliários urbanos.

Ainda, para a obra essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

- a) O proponente deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior de 10% do valor estimado da contratação.
- b) O proponente deverá apresentar garantia de 10%, considerando-se a complexidade da obra, bem como das graves interferências entre a construção civil e a elétrica, que apresentam riscos elevados de atraso de cronograma em caso da gestão ineficiente da obra, sobre o valor total do serviço, nos termos dos Arts. 96 e 98 da Lei 14.133/2021.
- c) O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

Esta municipalidade entende que não se torna viável a separação das disciplinas em licitações distintas pela grande dificuldade de gerenciamento da obra, levando-se em conta que existirão coordenações autônomas e independentes para objetos cuja execução são dependentes entre si.

Ocorre que, a exemplo de uma recente experiência deste Município, a Duplicação da Av. Ottokar Doerffel, a separação das disciplinas em editais distintos dificultou consideravelmente a execução das obras, em especial quanto às necessidades de aditivos de prorrogação de prazo em contratos distintos, pelo descasamento entre o inícios das execuções contratuais - fato que é completamente alheio ao gerenciamento do município, visto que cada licitação possui suas particularidades e participantes, nos termos da Lei 14.133/2021 - e também quanto às necessidades de retrabalho quando uma execução interferiu em uma etapa já pronta de outra execução, atrasando ambas as frentes de serviços dos 3 contratos distintos. Dessa forma, o risco associado à compatibilização civil-elétrica fica alocado somente à Administração Pública, uma vez que é de sua responsabilidade compatibilizar contratos distintos com objetos distintos, entre agentes distintos, o que pode onerar a Administração Municipal.

Da mesma forma, cita-se o ocorrido nos Editais 474/2023 e 040/2023, referentes às contratações de empresas especializadas para a construção do Parque Porto Cachoeira, parte civil e parte elétrica, onde a impugnação do Edital 040/2023 ocasionou em grandes atrasos no início da execução do contrato originado da concorrência 474/2023, incorrendo no distrato do Termo de Contrato 102/2024.

Ao contrário, a junção das disciplinas em uma mesma licitação pode se mostrar muito vantajosa à Administração Pública, pela possibilidade de compartilhamento de mão-de-obra e maquinário nas atividades intrínsecas à execução das obras nas duas diferentes disciplinas, reduzindo os custos com tais itens, além da compatibilização temporal e cumprimento de marcos nos prazos estipulados no cronograma, bem como da alocação do risco associado à compatibilização civil-elétrica é transferida integralmente à empresa vencedora do certame, desonerando o município.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se todos os projetos executivos e seus memoriais.

4.2 - De modo geral, para o levantamento das quantidades foram analisados os estudos preliminares de embasaram o desenvolvimento dos projetos executivos.

As obras do Passeio Público do Parque Guarani consistem na reurbanização das ruas Radialista Manoel de Borba Rosa e Av. Evangelista Justino Espíndula, bem como todas as travessas que conectam as duas principais vias, numa extensão total aproximada de 2.371,9 metros lineares, somadas extensões de ambos os lados do rio Itaum Mirim e das vias a serem pavimentadas com asfalto, que são: rua Paranoá, das Sequóias, das Amoras (entre rua Maria Pires G. dos Santos e rua Evangelista J. Espíndola), rua Rudinei Vieira (entre rua Antônio Cassiano Duarte e rua Sequóias), rua Santo Amaro da Purificação (entre rua Sequóias até o seu término sentido norte), e as calçadas que contornam a praça José Claudio de Oliveira na rua dos Baobás.

A obra do passeio público totaliza aproximadamente 39.472,10 m² de área construída ou 1.176,2m de extensão.

As obras de pavimentação asfáltica das demais ruas e seus trechos, totalizam aproximadamente 7.882,8m² de área construída ou 908,5m de extensão.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Em pesquisa de campo pela equipe técnica, restou constatado que o mercado atua para fins de construção deste porte e complexidade por meio de construtoras (construção civil/empreiteiras) conjuntamente com a contratação das empresas especializadas em execução de pavimentação asfáltica, muros de contenção e iluminação pública.

Dadas as dificuldades encontradas com experiências anteriores, em que duas empresas independentes atuam no mesmo canteiro de obras, a equipe técnica optou por executar todos os serviços, ainda que os serviços de construção civil (pavimentação asfáltica) não frequentemente são executados por empresas que prestam serviços de instalações elétricas (iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica), por uma única contratação.

As empresas do ramo da construção civil atuam no ramo de edificações e infraestrutura urbana, possuindo a expertise necessária para a execução do empreendimento, bem como atestados de capacidade técnica. Para atuar juntamente à empresa do ramo de instalações elétricas que atuam no ramos de instalações de Iluminação Pública e Rede de Distribuição de Energia Elétrica, unindo seus atestados de capacidade técnica.

Tal constatação por parte da equipe técnica decorreu de pesquisa junto às empresas locais que atuam no ramo de execução de pavimentação, construção civil, de muro de contenção e de iluminação pública, restando claro que para a execução e conclusão da obra, se faz necessário o atendimento das seguintes premissas.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando que os elementos ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que prestem serviços de execução de obras de pavimentação asfáltica, iluminação pública e redes de distribuição de energia elétrica, admitindo subcontratação de elementos como serralheria e artefatos de concreto (mobiliários urbanos). Após análises técnicas, os métodos construtivos adotados para a obra em questão são métodos convencionais já utilizados nas obras da cidade de Joinville, visualizando o atendimento a mão de obra local especializada e materiais disponíveis no mercado, pois foi analisado na solução técnica, o impacto na produtividade e prazo de execução da obra.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 A contratação tem como valor calculado de R\$ 24.691.086,26.

A obra será custeada com recurso do Contrato de Empréstimo firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e recursos da COSIP. O cronograma da obra (12 meses) corresponde ao prazo final de desembolsos do Programa Viva Cidade 2, que é em 01 de fevereiro de 2027, não sendo necessário indicação de fones de recursos próprios. Caso o prazo de execução ultrapasse o previsto de desembolsos do Projeto Viva Cidade 2, o Município poderá manter a execução com recursos próprios.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando os elementos ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que prestem serviços de execução de obras de pavimentação asfáltica, iluminação pública e redes de distribuição de energia elétrica.

Definido o objeto da contratação, como um parque linear que conecte pessoas, lazer, cultura, história e natureza atendendo sobretudo a acessibilidade, o projeto para a execução foi pautado nos conceitos de baixa e fácil manutenção, optando por materiais comuns, de baixo custo e alta oferta no mercado local, como pavimentação asfáltica, iluminação em led com baixo consumo de energia elétrica, e mobiliário padrão em concreto e metálico, com alta durabilidade e resistência ao vandalismo.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O processo de contratação deverá se realizar por uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto.

A obra é composta de serviços diversos como: pavimentação asfáltica, sinalização, drenagem, piso em concreto, mobiliário de concreto e metálico, iluminação pública e redes de distribuição de energia elétrica. Considerando que são muitas especificidades, para sua perfeita execução, deverão ser fornecidos por empresas especializadas.

Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço global, cujo regime de empreitada será o de execução indireta por preço unitário, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Como resultado busca-se maior segurança, mobilidade e acessibilidade aos moradores, promovendo a humanização da via, criando um ambiente atrativo que possibilite a convivência comunitária.

No âmbito do melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, informamos que o projeto visa métodos construtivos convencionais, já utilizados em vários outros contratos da Prefeitura, obtendo assim mão de obra especializada e materiais disponíveis na cidade de Joinville, não impactando na produtividade da obra e prazo de entrega.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Secretaria de Infraestrutura Urbana dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da contratação. Pode ainda, eventualmente solicitar auxílio dos demais profissionais técnicos das Secretarias de Pesquisa e Planejamento Urbano e Secretaria de Cultura e Turismo. Entende-se não haver necessidade de providências adicionais, visto que todos os processos obedecem às instruções normativas instituídas pela Administração Municipal.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

A obra será custeada com recurso do Contrato de Empréstimo firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e recursos da COSIP. O cronograma da obra (12 meses) corresponde ao prazo final de desembolsos do Programa Viva Cidade 2, que é em 01 de fevereiro de 2027, não sendo necessário indicação de fones de recursos próprios. Caso o prazo de execução ultrapasse o previsto de desembolsos do Projeto Viva Cidade 2, o Município poderá manter a execução com recursos próprios.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

a. Impactos ambientais

A obra possui a respectiva Declaração de Atividade Não Constante - DANC, indicando que não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental.

Considerando a proximidade do rio, a contratada deverá tomar as devidas cautelas para evitar possíveis contaminações com os resíduos da construção civil.

b. Medidas mitigadoras

A obra não ocasionará impactos ambientais significativos, uma vez que, atualmente a via encontra-se consolidada.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Para este projeto foi realizado a Matriz de Risco, conforme SEI nº 0024282689.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não /	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco	x		

de dano ao erário? (moderado/médio a grave)			
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade:

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe de Planejamento entende que a solução apresentada para o "Passeio Público do Parque Guarani" é viável, cumprindo com o objetivo de promover e incentivar o uso de áreas comuns aos moradores do bairro, incentivando a convivência comunitária, além de, também, proporcionar maior segurança, mobilidade e acessibilidades, corroborando para a qualidade de vida dos moradores locais.

A viabilidade da contratação se fundamenta na adequação técnica dos serviços envolvidos, que englobam execução de pavimentação asfáltica, iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica. Esses sistemas são amplamente utilizados na cidade de Joinville, contando com mão de obra qualificada e materiais disponíveis no mercado, o que favorece a implementação eficiente da solução.

Embora os serviços de pavimentação em asfáltica sejam distintos de serviços de instalações elétricas (iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica) e executados por empresas de diferentes setores, é imprescindível considerar que a execução simultânea desses serviços é um fator crítico para o sucesso do projeto. A falta de integração entre as etapas de pavimentação e instalações elétricas pode resultar em desperdício de materiais, atrasos no cronograma e impactos negativos na mobilidade urbana, na acessibilidade e na atividade econômica local, além de gerar transtornos para a população. Dessa forma, a execução deve ser conduzida por empresa ou consórcio que possua capacidade técnica para atender às diferentes frentes da obra, garantindo a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Lauro Weinert, Diretor (a) Executivo (a)**, em 24/06/2025, às 15:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Soares Tiburcio, Gerente**, em 24/06/2025, às 15:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Carolina Maximo, Servidor(a) Público(a)**, em 24/06/2025, às 16:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25884463** e o código CRC **37660B34**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br